

# Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil<sup>1</sup>

Nilson Alves de Moraes\*

## 1 Tema e cenário: políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil

Em 2005, após a discussão da minuta de um anteprojeto, por profissionais e interessados nas políticas de cultura e de museu, foi encaminhado ao Congresso Nacional um texto final de 18 parágrafos, com a proposta da criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Em 20 de janeiro de 2009, a Presidência da República sanciona a Lei n. 11 906, que estabelece vetos em relação ao texto aprovado no Poder Legislativo, e, em seus 21 artigos, inaugura um novo cenário institucional e anuncia outros enfrentamentos e processos sociais e institucionais para os profissionais e instituições de museus. A versão final publicada no Diário Oficial da União e sancionada pela Presidência da República introduz e representa parte das lutas e interesses em disputa.

Ao analista do processo de mudanças nas instituições, políticas de cultura e museus, não importam, para efeito de análise, alguns marcos institucionais ou jurídicos, mas sim os recursos e as referências que justificam uma interpretação, não existindo ou se fundamentando em si, e encadeando uma série de fatos a que se atribui importância. Consideramos que as mudanças não devem ser apreendidas na trajetória que se inicia na criação de uma unidade institucional, o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e se esgota no gesto presidencial de sancionar a lei que cria o IBRAM, o que significaria incorrer em uma armadilha evolucionista. O período e o processo enfatizam as forças sociais, alianças sociais, interesses e discursos que produzem um arranjo conjuntural. Importa, assinalar o percurso, enfrentamentos e mudanças que permitem a constituição do processo que, sendo social e institucional, não se reduz a marcos jurídicos e mudanças institucionais.

Compreendemos que o tema estudado não se iniciou em 2003 e não se finaliza em 2009, da mesma forma que a criação do IBRAM não esgota uma trajetória de mudanças no setor da cultura e das relações entre Estado, sociedade e instituições de cultura. Os marcos são sempre arbitrários e inventados a partir de algum sentido que se pretende atribuir.

O ponto de partida desta análise é o papel atribuído à centralidade do Estado na formulação, gestão e financiamento das políticas públicas e nas políticas culturais e o papel central que as instituições museológicas ocupam no governo Lula. Uma centralidade que, neste período, não se traduz unicamente em discurso. Nossa conjuntura de análise, 2003 a 2009, é o período denominado de “Governo Lula”, governo entendido como gestão, que foi reeleito. Este período é marcado pelas tensões e mudanças na América Latina e incertezas na economia e nas finanças internacionais.

Os estudiosos da Ciência Política e das Políticas Públicas sabem que um “governo” não é uma unidade ou uniformidade, ele traduz uma condição que só existe no discurso ou imaginário. Um governo é tensão permanente, com mudanças. E, numa sociedade que

\* UNIRIO - DSC/PPG-PMUS.

<sup>1</sup> Este texto é resultado da pesquisa em desenvolvimento e do debate promovido na Disciplina de Sociologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

se quer democrática e plural, é unidade aparente. A sociedade nunca se silencia e exige cotidianos rearranjos, enfrentamentos e mudanças. As suas instituições e dispositivos de representação e consolidação são confrontados, enfrentados.

Consideramos que no registro discursivo entram em jogo, mais do que conjuntos de signos e ocorrências semânticas, processos de produção de hegemonia discursiva e produção de hegemonia pelo discurso. Não se tratava do desenvolvimento puro de uma formação discursiva, mas de um processo que envolvia movimentos políticos de sustentação, onde discurso, estratégias de ação, alianças tecno-burocráticas e conjuntura política se relacionam mútua e diretamente na conformação de um campo a serviço do desenvolvimento das forças do Capital ou em seu enfrentamento (MORAES, 2007).

A análise deste período e do significado das mudanças institucionais em curso é tarefa que assusta. A carência de documentos, reflexões e debates promovem o risco de se transformar em um enunciado ideológico ou arranjo de fatos e acontecimentos montados a partir de critérios não-cientificamente controláveis e legítimos. Mas correremos este risco.

## 2 O tema e os enfrentamentos necessários para sua compreensão

Uma revisão da bibliografia utilizada usualmente por profissionais das Ciências Sociais e da cultura estabelece os nexos e a continuidade nas políticas públicas brasileiras e dos demais países da América Latina (MORAES; DANTAS, 2003). Permite compreender o sentido, a importância e o peso atribuídos pelo Estado nacional ao tema da cultura.

Na bibliografia, as políticas públicas são marcadas pela lógica e condições que regem as sociedades locais: concentração, centralização, ausência de equidade e exclusão como permanências. Uma política pública fundamentada nestes princípios não reconhece a urgência de novos enfoques: a descentralização dos bens e produção cultural, a universalização do acesso à cultura e a gestão participativa das instituições, temas e problemas que apontam as urgências do setor.

A idéia de controle social e equidade não são consideradas ou observadas. As políticas públicas são regidas pela lógica das urgências, imediatismo dos efeitos e visibilidade, apresenta marcas do modelo social de dominação e controle social. As idéias e estratégias em contrário são consideradas ameaças à ordem social, aos próprios demandantes e empecilhos à modernização da sociedade. A política das carências e ausências se impõe e resiste às ações de grupos, projetos e instituições sociais.

As políticas públicas impuseram novos temas e relações entre Estado, instituições e sociedade ao longo do século XX, influenciando as formas de organização e gerenciamento dos Estados nacionais, conforme as conjunturas. As políticas públicas permitem expectativas de ganhos sociais e maior equidade, diminuindo as tensões e promovendo a mobilização de grupos e interesses. Em geral, elas não são universalizantes, são de diferentes naturezas e impactos, com intervenções e projetos que exigem iniciativas e precisam de agências governamentais para reverter tendências ou resolução de situações concretas.

As políticas públicas exigem opções, hierarquias de prioridades, cronograma de ação e uma agenda social. Toda opção é seletiva, significa a inclusão e a exclusão de beneficiários, revelam os grupos e interesses capazes de influenciar o Estado e as instituições, no momento em que omitem, selecionam ou silenciam. Elas demonstram as disposições, os discursos e a capacidade de articulação dos atores, discursos e projetos que pretendem alcançar benefícios e modificar alguma situação.

As políticas públicas foram moldadas e definidas por condições locais e internacionais. São influenciadas por crenças e percepções socio-econômicas e gerenciais, através de alianças conjunturais e focais. Também foram sujeitas às condições das instituições, regras e relações de poderes políticos predominantes, dos modelos técnicos e disputas ideológicas que influenciavam a seleção e hierarquização de decisões, elaboração, implementação e avaliação de grupos da sociedade civil por suas prioridades. O neoliberalismo exercia a gestão, sem nenhuma concessão e interesse em negociar o poder na região, submetendo tudo e todos, desconsiderando regras ou processos de construção das culturas locais.

Na segunda metade do século XX, em especial no Ocidente, as políticas públicas

ganharam importância nas estratégias dos Estados, sociedades e instituições empenhadas em reduzir os efeitos e desigualdades do modelo social. Elas deixam de ser instrumento de poder de Estado para se constituir em um eixo de lutas. Este mecanismo de mudança orientada pode ser induzido e tomado como mecanismo eficiente pelo discurso das empresas de comunicação, partidos políticos e movimentos organizados.

Na América Latina, as agências internacionais e universidades estimulam reflexões e ações em redes tecnológicas e sociais para promover o crescimento econômico, a equidade e a inclusão social. A produção científica e o discurso estatal exigem intervenções dotadas de racionalidade, intervenções que se pretendem neutras, despolitizadas e eficazes, submetendo os processos sociais a uma lógica que lhe é estranha<sup>2</sup>.

Em um artigo vital para o debate sobre cultura e políticas culturais no Brasil, Rubim destacou que este ou todo aquele governo comprometido com algum projeto reformista, iria se defrontar com “estas tristes tradições no campo das políticas culturais nacionais: ausência, autoritarismo e instabilidade” (RUBIM, 2008, p. 26). Estas palavras são mais que sentimentos, são construções e produtos históricos. Tristes tradições são o empenho na permanência que garantem a continuidade de privilégios e a continuidade da exclusão. Mais do que sentimentos, signos ou condenações elas constituem a evidência de um eixo que não permite prioridade de nenhuma política pública, não permite a existência da justiça e da inclusão social.

O museu como objeto científico é também foco de ações e políticas públicas específicas e ocupa um papel secundário nas políticas de governo. Neste sentido, Chauí (2006) analisando as políticas culturais demonstra que o museu ajuda na afirmação de uma idéia e de uma prática de cultura que desconsidera a trajetória e as condições históricas e culturais destes países<sup>3</sup>.

A cultura é compreendida, neste trabalho, como processo constitutivo e estruturante que organiza e orienta os imaginários e subjetividades através de valores simbólicos, tradições, invenções e discursos conferindo identidades, sentidos e negociando modos de ser, sentir e pensar que não se esgotam ou são condenados à estagnação (CHAGAS, 1987). A cultura, como produção industrial e mercado massivo organizado, e submetida aos interesses empresariais em busca de consumidores cativos, foi incorporada como política de Estado.

Nos anos 1960, a crítica à cultura e suas instituições atingiram os museus exigia-se mudanças ou seu esgotamento. Na década de 1970, essas críticas, originadas das diversas áreas do conhecimento, foram sistemáticas e constantes (veja-se SANTOS, 2004). Por outro lado, a recorrência da crítica comprovava a importância do museu para a vida intelectual e cultural.

Scheiner, numa crítica das análises do tema no Brasil, destaca que:

*para entender a questão dos museus no Brasil é preciso desenvolver uma reflexão sobre o próprio país, o tipo de sociedade aqui existente, as relações da sociedade brasileira com a cultura e os tipos de museus criados e mantidos por tal sociedade. É preciso, ainda, entender e analisar o que vem a ser, no país, a museologia: quem cria museus no Brasil? Quem os dirige, e como? Quem os mantém? Que relações tem o Brasil com a Museologia? (SCHEINER, 1994, p. 22-23).*

As reflexões produzidas naquele momento apontam para a riqueza de detalhes e importância da cultura e da sociedade para a compreensão do tema. Otilia Arantes

<sup>2</sup> Consideramos necessário destacar a existência de uma continuidade discursiva que remete a trajetória sócio-histórica de violência política e simbólica que demonstra o papel da linguagem e da cultura na estratégia de dominação. No início dos anos 1990, quando a crise científica e a crise social ganhavam dimensões planetárias e pareciam esgotar todas as crenças e modelos de análise, era comum, em todos os debates, o uso da palavra “perplexidade”. A perplexidade revelava a incapacidade de compreender e reverter um cenário que parecia esgotar os modos tradicionais de existência social. A perplexidade revelava o efeito, o impacto e a violência das mudanças e a incapacidade de todas as ferramentas conhecidas reverterem este cenário. Superada a perplexidade inicial foi possível constatar os diferentes efeitos destas mudanças. A palavra e a sensação de perplexidade foram substituídas pela palavra “perversa”. Esta preocupação com o papel e sentidos atribuídos pelo discurso aparece com extrema competência e sensibilidade no trabalho de Avelina Dagnino. A palavra perversa não remete a uma idéia vaga, ela demonstra a dureza das condições e o sentimento que envolve uma parcela da população. Perversa são as condições objetivas e a incapacidade de responder a situação que correu as regras e relações sociais e humanas. Segundo Dagnino: “perversa, me refiro aqui a um fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar” (DAGNINO, 2005, p. 64 e 65).

<sup>3</sup> Chauí afirma que “a ausência de um campo democrático já constituído e já em funcionamento se traduzia em problemas quase insolúveis para a política da Cidadania Cultural, pois a tendência particularista das carências e dos privilégios coloca o poder público sempre aquém da possibilidade de atender plenamente as primeiras e de bloquear inteiramente os segundos” (CHAUI, 2006, p. 74 e 75)

revela a importância do tema de diversas articulações, recuperando o debate do museu como preocupação e objeto das Ciências Sociais. Arantes destaca que na Europa havia “uma grande animação no domínio tradicionalmente austero e introvertido dos museus” (ARANTES, 1991, p. 62). Para justificar este ambiente ela destaca a existência de uma “cultura de museus” em que o museu se caracteriza como a “nova casa de cultura”, como “lugares públicos”, dotados de “performance”, de encenação e de uma ambiência capaz de acolher diferentes públicos para diversas atividades e estímulos. O museu, na transição dos anos 1960 para os anos 1970, reverteu uma imagem social que o vinculava ao passado, ao silencioso, ao superado, ao desajustado diante de sua época. O museu era lugar de memória oficial, da consagração e estetização do autoritarismo e exclusivismo de grupos sociais dominantes e de produção de uma história que não encontrava relações com o contexto em que existia (CHUVA, 1995).

O museu transformou-se num lugar de prazer, aprendizado e troca. Uma instituição comprometida com o uso dos mais modernos suportes, com o uso intensivo de tecnologias, com o debate permanente do novo (ARANTES, 1971) e de inclusão de temas, objetos e recortes diferentes. Multidões encheram os museus e o transformaram em uma instituição dotada de vida própria, o transformou em sucesso cultural, imagético e de público. O museu, em particular a partir de 1970, se transforma em parte do cotidiano da cidade, da indústria cultural e da cultura de massas. O museu se transforma em referência de desenvolvimento cultural. A relação mecânica entre museu e formação do Estado Nacional é rompida pelos movimentos culturais e sociais, pelos novos aportes tecnológicos e informacionais, pelos interesses de mercados e pela cultura transnacional.

### 3 Cultura, políticas e instituições de cultura no Brasil

No Governo Lula, a Cultura é parte da agenda social e das políticas públicas, se articulando com diversos ministérios no esforço de ampliar a cidadania e incluir os mais diversos grupos, parcerias e projetos sociais em sua pauta. As mudanças nas políticas públicas e governamentais, na área da cultura, ainda não foram percebidas pela comunidade acadêmica. Este silêncio e distanciamento podem ser relacionados a uma trajetória de secundarização do setor.

Na primeira década do século XXI, Souza (2000), Moisés (2001) e Rubim (2007) fizeram importantes esforços de produzir uma reflexão inovadora sobre políticas culturais no Brasil. Nestas análises, a História foi um vigoroso ponto de partida.

Nos anos 1980 e 1990, quando o Brasil e diversos países da América Latina, viveram o apogeu e o esgotamento de regimes excludentes, o processo de globalização consolidou sua hegemonia, promovendo desdobramentos de alcance planetário e se empenhando em fazer de países da região experimentos de seus projetos liberais (RESENDE, 2002).

Com Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a política cultural seguiu, ao longo das duas gestões, como determinação do mercado, como acolhimento seletivo e temporário no qual os “direitos sociais” são transformados em “benefícios sociais” excludentes.

As leis de incentivo à cultura, na prática, significam a transferência de recursos públicos para empresas de marketing de empresas privadas. A novidade representa a busca da retirada do Estado das políticas culturais e o desmonte da estrutura e de órgão públicos. Castello (2002) demonstra que a tese, vitoriosa conjuntamente, trazia uma história, não eram respostas conjunturais, eram interesses consolidados, traduzidas em suas palavras iniciais: “*viver e produzir às custas do Estado*”. Iniciativas individuais, principalmente no pós anos 1950, se multiplicaram e ganharam apoios a partir do golpe militar. Este apoio não significou o esgotamento ou a eliminação do setor público. Alguns dos interesses contrariados apontavam a criação de um Estado-mecenas a partir da presença de militares no Executivo que interviria e financiaria de forma mais ou menos intensa conforme suas necessidade e prioridades conjunturais.

Na “era FHC”, que Lamounier e Figueiredo (2002) contemplaram com uma importante reflexão, deve-se considerar as influências e pressões das agências internacionais de desenvolvimento; a pujante circulação financeira em escala internacional e livre de qualquer controle ou sujeição, desconsiderando as fronteiras e interesses coletivos; a ação dos Estados que desconsideravam e desqualificavam as demandas e as organizações coletivas; a transferência das empresas estatais de setores estratégicos da produção

econômica para o setor privado e, em especial, do mundo financeiro e especulativo; e, finalmente, a inserção do Brasil nas “políticas de solidariedade”, impostas às populações marginalizadas com o objetivo de acelerar a sua fragmentação, desmobilização e fragilização social.

“Orientações” e “acordos” internacionais garantiam uma adesão acrítica e imediata dos governos, particularmente nos anos 1990, na América Latina, à lógica do mercado e modelo social hegemônico do capitalismo. A força do capital e a intervenção de empresas culturais e midiáticas garantiram um silêncio e amplo desconhecimento sobre o cotidiano e valores que moviam as relações e o poder em escala planetária, aprofundando o individualismo, a melancolia, a solidão e os projetos de futuro. Havia uma pressão organizada em impedir a noção de partilha e futuro, uma condenação prévia a todas as utopias e projetos diferentes daquele. A única alternativa possível reconhecida, admitida e estimulada era o mercado, o imediatismo, o consumo e o individualismo, e as políticas de Estado e de suas instituições estavam configuradas para a ação discriminadora e hierarquizadora. Nas organizações políticas, no Estado e na mídia um único discurso era considerado.

Na cultura, com o apoio da maioria no Congresso, das empresas midiáticas e com a desorganização da sociedade civil, o programa de governo se impunha nas políticas públicas e não deixava nenhuma margem de dúvidas quanto aos seus objetivos e bases de sustentação. Em 1995, o Ministério da Cultura (MinC) publicou um documento no qual apresentava a política oficial para o setor e cujo título expressava bem seus propósitos: “cultura é um bom negócio”.

As empresas, por coerência econômica e base legal, imprimiram estratégias que desconsideram a natureza do recurso aplicado. O recurso público era tratado como investimentos conforme seus compromissos no mercado, obedecendo à lógica empresarial, fundamentalmente de marketing, que visava garantir o retorno financeiro e uma imagem positiva para a empresa, ou instituição, que realoca estes recursos. Estes novos setores empresariais envolvem profissionais especializados, como produtores culturais, diretores de marketing, gestores de políticas culturais, captadores de recursos supondo, ou determinando um modelo de cultura, como espetáculo e entretenimento.

Nos anos 1990 cresce a produção e o incentivo à cultura, empresas estatais ou públicas se envolvem na disseminação da cultura, instituições civis, de caráter público, que oferecem programas para públicos específicos, desenvolvem atividades esportivas, educativas e artísticas preocupadas com o lazer e com a cultura, segundo suas políticas culturais (CALABRE, 2007). Elas desenvolvem atividades abrangentes e, por vezes, permitem o acesso e a participação da população, estimulando, renovando e ampliando a informação disponível ou produzida socialmente. Elas formam novos quadros culturais e constituem alternativas de espaços próprios para atendimento a segmentos e produtores culturais.

A adoção de uma política explicitamente comprometida com alianças internacionais e grupos privados exigiu a adoção de relações que não suportavam críticas ou alternativas, não consideravam o diálogo e a diferença. Significou a modificação de legislações, prioridades e direitos sociais, segundo as exigências do interesse internacional.

A Cultura, como setor produtivo, reunia segundo Castello (2002) aproximadamente 500 mil trabalhadores e implicava em recursos significativos que, pelos incentivos reunidos pela Lei Rouanet e pela Lei do Audiovisual, atraíam e incorporavam outros profissionais e renda. Os agentes da cultura identificados com o setor privado reclamavam um “Estado mínimo”, acusando como falsos e superados os embates ideológicos, exigindo o pragmatismo nas relações sociais, recusando ao Estado o seu papel de “produtor”, mas aceitando o de promotor e articulador de interesses e grupos.

Na “era FHC”, a cultura é parte do mercado, deslocado de seu sentido de processo e tratado como parte da indústria de entretenimento, como espetáculo. Portanto, dotada de uma visão instrumental e utilitária. Para Weffort (2000), o governo empenhou-se na criação de uma “cultura de investir na cultura”. A área da cultura viveu intensa e contraditoriamente embates e práticas que, no discurso, tentou negar. A política pública da “era FHC” foi a ausência de Estado, atribuindo a ele a capacidade decisória sobre quem teria, ou não, acesso e benefícios que a Constituição definia como universais.

## 4 Novos e velhos modelos de gestão e poder, quando um não exclui o outro

A história das relações institucionais e das políticas museológicas no Brasil, ao longo da gestão Lula, está por ser escrita. Estudos pontuais e reflexões organizadas pelo Centro de Estudos Multidisciplinares da Cultura (CULT/UFBA), permitem as primeiras análises sobre o objeto e a conjuntura cultural<sup>4</sup>.

O esgotamento das condições que garantiram o predomínio neoliberal na América Latina foi fortemente abalado pelas sucessivas “crises financeiras”. O modelo de dominação esgotava-se e as massas de excluídos exigiam mudanças. O continente, pela via eleitoral, elegia opositores e políticos identificados com demandas sociais e redistributivas.

As histórias, processos políticos, institucionais e sociais na América Latina, nas duas últimas décadas, e os esforços em promover a integração regional, tornaram sistemáticas e necessárias o uso da palavra “crise”, em seus diferentes sentidos e possibilidades simbólicas, relacionais e sociais. Nos primeiros anos do século XXI, a América Latina revela a necessidade de mudanças sociais, e no modo de compreender os processos sociais e humanos (MORAES, 2007).

A categoria popular, inicialmente constituía pelo pobre urbano e o camponês, incorpora o indígena e o afro-brasileiro. Nos anos 1967 e 1968, quando o movimento social se reorganiza e o tropicalismo se consolida, diversos autores, personagens, situações e modos de ser foram valorizados e integrados ao universo temático. A idéia de cultura popular se amplia e sua importância não se traduz apenas na perspectiva cultural; a expansão da idéia de cultura traz para a sociedade brasileira, o reconhecimento do outro e, portanto, a sua cidadania. A ampliação do conceito de cultura permitiu a incorporação de outros atores na agenda pública e nas relações com o Estado. Desse ponto de vista, a população da periferia urbana e suas expressões e produções, os grupos de identidade de gênero e de orientações sexuais e os produtores culturais de novas mídias e suportes eletrônicos e informacionais são reconhecidos e influenciam os debates e as ações culturais.

A cultura, em particular a cultura popular, para ser compreendida exige sua contextualização, considerando os momentos históricos a que pertence ou em que produz sentido. A cultura deve ser tomada “no lugar material que lhe corresponde”, como agente formador e articulador, sendo parte do processo de formulação da luta e consciência social.

Estudos demonstram que não basta incorporar novos temas, atores e projetos ao debate. Trata-se de rever e redefinir os locais de produção de cultura e de políticas culturais. Descentralizar a cultura, em uma conjuntura marcada pela idéia e pela formação de redes sociais exige a convivência de modelos e padrões distintos de modos de produção, circulação e controle social. O local e o mundial conversam intensamente, os diferentes suportes e matérias interagem e produzem novos equipamentos e concepções sem nenhum preconceito ou hierarquia. A criatividade desafiava o poder e introduzia outros enfoques e problemas. A idéia de diferença é incorporada ao cotidiano.

Durante o processo eleitoral, em 2002, e como era tradição em todos os processos eleitorais anteriores, militantes, artistas, intelectuais e profissionais identificados com o Partido dos Trabalhadores (PT) reuniram-se em Grupos de Trabalho (GT) temáticos e ofereceram importantes reflexões e propostas para candidato majoritários, no caso o candidato à Presidência da República. O GT responsável pelo tema Cultura ousou apresentar propostas que implicaram em modificações profundas no campo.

Entretanto, a base de apoio e a aliança partidária de apoio à candidatura Lula era mais ampla que o PT, envolvia outros partidos políticos e bases sociais. A eleição de Lula e os demais resultados envolvidos no processo eleitoral demonstraram que seu governo deveria produzir novas alianças políticas e partidárias e incorporar outros temas, prioridades e, interesses. A política de negociação e alianças demonstrou a impossibilidade de cumprimento do projeto encaminhado pelos diferentes GTs. A área da cultura seria prioritária, mas a sua agenda não era aquela apoiada pelo PT e nem a ele caberia o Ministério da Cultura (MinC).

A indicação de Gilberto Gil para o Ministério da Cultura provocou impacto

<sup>4</sup> Os Encontros são oportunidades de produtores e pensadores de diferentes formações intelectuais e preocupações discutirem os temas das políticas públicas e das instituições empenhadas em intervir neste campo. Portanto, os Encontros devem ser vistos como necessariamente multiprofissionais e multidisciplinares.

político e midiático, e esta nomeação não significou a recusa ou adesão ao projeto de cultura proposto por militantes e simpatizantes do PT. O projeto de política de museus, do grupo reunido no DEMU, encontrou espaços de apoios no MinC, o discurso poético e permanentemente comprometido com relações e atitudes inovadoras de Gil encampou e produziu as condições para a sua implantação.

Em 2005, durante um Congresso na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Gilberto Gil afirmou:

*A tarefa do MinC é formular e executar políticas públicas de cultura, articuladas e democráticas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento econômico, e consagrem a pluralidade que nos singulariza entre as nações, e que singulariza, na nação, as comunidades que a compõem. Políticas que transcendam o fato cultural, o evento, o produto, e que realizem seu pleno potencial, tornando-se instrumento de resgate da dívida social que o Brasil tem com a maioria de seu povo. A cultura se impõe no âmbito dos deveres estatais. É um espaço onde o Estado deve estar presente, especialmente em âmbito local. Porque é justamente nas comunidades que as relações e expressões culturais se efetivam. Um programa mobilizador para a cultura brasileira só poderá contribuir de fato para a recuperação da dignidade nacional e a construção de um Brasil socialmente mais equilibrado e saudável se partir da periferia para o centro, do local para o federal (GIL, 2006, 110).*

Nesta fala, Gil aponta diretrizes e objetivos de uma política. A idéia central do discurso do Ministro da Cultura permite constatar que a noção de diferença e complexidade da cultura faz parte e é objeto de cuidado pelo Estado e suas instituições. Diferença e complexidade saíram do terreno da retórica política e são consideradas como instâncias estruturantes do cotidiano, atendem as diversidades e complexidades sociais e elas são partes das arenas e cenários que não podem ser omitidos ou secundarizados.

## 5 Políticas de museus e mudanças institucionais

No Brasil, no período de 2003 a 2009, pode ser observada uma trajetória que possui continuidade e um aprofundamento de um projeto de mudanças institucionais. Esse projeto exige e cria condições para novas relações entre museu, Estado e sociedade.

Neste texto, em que os documentos institucionais do IPHAN, DEMU e MinC são fontes permanentes, poderíamos, com o objetivo de formulação de uma síntese, demonstrar que, do ponto de vista do Estado e das ações que regem as políticas museológicas, esta continuidade e coerência de ações estão assinaladas na existência de marcos estruturantes, a partir da constituição da Política Nacional de Museus (PNM): a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU); a formulação e institucionalização do Sistema Brasileiro de Museus (SBM); o estabelecimento do Estatuto dos Museus (EM); e, finalmente; a aprovação e constituição do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Para alguns, o fim deste processo, que se inicia com a criação do IBRAM e, para outros observadores, o IBRAM significa o fim de um processo e o começo de outro. Na realidade, uma terceira perspectiva pode ser considerada. Este processo se aprofunda a partir de 2002 quando, no Rio Grande do Sul, é produzida a Carta do Sul ou Carta do Rio Grande, em que são colocadas algumas questões que orientam as ações deste grupo.

A partir da criação do IBRAM, os 28 museus que o IPHAN administrava passam a ser regidos por uma nova autarquia, que deve administrar os recursos, reunir o pessoal qualificado para viabilizar um cuidado profissional do museu; permitir o aprofundamento de suas relações com a sociedade, produtores culturais e de conhecimentos e com profissionais do campo, organizando e negociando com diferentes demandas, situações e modos de fazer e compreender os processos culturais. Esta visão, estritamente jurídica e institucional, não traduz, ou permite compreender, a gravidade e a riqueza do processo e fatos recém-inaugurados. O IBRAM pode, conforme a análise e o interesse, ser o fim de um cenário político e institucional e o verdadeiro início ou aprofundamento do confronto que os profissionais da área museológica enfrentarão na afirmação de um campo que não se reduz a relações políticas, jurídicas e institucionais. Esta visão pode se esgotar nela mesma, como uma “evolução” que se encerra apenas com um marco institucional.

Mudar, no início do Governo Lula, era palavra, sentido, condição e exigência

histórica e cultural que animava diversos setores da sociedade. Mudar a museologia, ou os museus, significava modificar simultaneamente relações estruturantes, relações gerenciais, políticas, econômicas, sociais, relacionais e simbólicas. Significava repactuar, enfatizar, suavizar e aprofundar situações e interesses que não pretendem ser contrariados, abandonados ou modificados. Era mover-se com consciência social e objetividade, era saber que conflitos e tensões cotidianos ganharão e promoverão outras feições e possibilidades. A passividade ou docilidade ingênua e desinteressada não cabiam neste momento.

Em maio de 2003, o Ministério da Cultura anunciava que o museu ocuparia um lugar central em suas ações. Não havia ingenuidade do MinC, estava em andamento uma posição diferente daquela que perdurou por uma década. O MinC não produziu apenas um discurso, transformou o museu em prioridade e formulou políticas, liderou um processo de mudanças. Deste ponto de vista, o museu deveria produzir um novo lugar social, simbólico e institucional. O lugar de onde ele iria negociar e pautar suas ações e estratégias. Desde 2003, existe um processo em curso, que pretende intervir e dirigir ações e políticas para o setor museológico concentrado no IPHAN.

Nesse mesmo ano, foi constituída a Política Nacional de Museus (PNM) que pretendia:

*promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país (POLÍTICA..., 2004, p. 7).*

A PNM pretendia propor instrumentos de financiamento e fomento dos museus, desenvolver ações e iniciativas para oferecer visibilidade e condições de existência e consolidação aos museus como instituições e campo científico e profissional. Tratava-se de superar o mecenato, a descontinuidade e o personalismo das ações, instituições e políticas do setor. Na rede que não é regida pelo IPHAN/DEMU, para a superação deste modelo, foram criados vários Editais voltados para os museus.

Uma das estratégias de produção de sentidos e de reunião dos profissionais e grupos interessados passou pela constituição do Fórum Nacional de Museus. O Fórum foi um evento cujos efeitos transbordaram a fronteira do campo e da nação. Reunidos na forma de oficinas, grupos de trabalhos, encontros temáticos o museu, as instituições e políticas foram temas de debates, reunindo diversos profissionais, estudantes e interessados no debate e ações de museus. No Fórum foram apresentados e discutidos visões da situação do campo, encaminhamentos e soluções imediatas, de médio e longo prazo para o sistema de museus e aos enfrentamentos que os museus exigiam.

No Primeiro Fórum, o debate foi em torno da necessidade de reconhecer a centralidade dos museus no plano das políticas públicas na área de cultura e o fato de que esta centralidade afetaria as relações entre museu, sociedade e Estado<sup>5</sup>. A partir deste momento, foram gestadas as condições simbólicas e materiais das mudanças.

Desde o primeiro momento do Governo Lula havia o compromisso de mudanças setoriais. No DEMU este compromisso aparece no apoio crescente aos chamados movimentos sociais, o compromisso de promover, valorizar e difundir o patrimônio cultural, idéia perseguida e transformada em ação, por parte de lideranças do MinC e de um grupo de militantes de museologia, alguns com experiência nos sistemas de museus em escala regional e influência política, A eleição de Lula permitiu uma aliança em que estes militantes puderam ocupar lugar central na burocracia pública federal. Este grupo era a base do DEMU.

No documento apresentado no Primeiro Fórum a posição do DEMU é clara:

*a discussão do papel dos museus na sociedade contemporânea extrapola o simples território da preservação de nossos bens culturais, ou do desenvolvimento técnico/científico das instituições museais, ou mesmo do fomento de projeto da área. Estamos falando da consolidação do projeto democrático brasileiro, e enxergando os museus como agências de inclusão*

<sup>5</sup> Utilizamos elementos documentais e depoimentos orais. Não significa o uso do método da História Oral, mas de recursos usuais daqueles que utilizam esta metodologia. Conhecendo e convivendo, desde os anos 1970, com diversos militantes e profissionais de cultura, tive oportunidade de acompanhar e conversar com vários profissionais do campo sobre o processo em curso e também obtive acesso a diversas trocas de mensagens. Além disso, participando de um Programa na área da museologia e do patrimônio sou sistematicamente munido de informações e participo de debates com profissionais envolvidos com o objeto de análise.



*cultural, de afirmação identitária de grupos variados, de reconhecimento da diversidade, de desenvolvimento econômico (NASCIMENTO JUNIOR, 2006, p. 21).*

O projeto do DEMU explicita a diferença entre o discurso moderno e o compromisso de intervenção através de uma visão estratégica da conjuntura. O DEMU estabelece prioridades e se posiciona no debate político, ideológico e social, explicita caminhos, e uma posição diante dos embates conjunturais.

O DEMU foi um mecanismo institucional, no formato de um Departamento do sistema formado pelo IPHAN, que serviu para catapultar o debate sobre o projeto, organizar as unidades existentes, homogeneizar ou influenciar os discursos, as ações e concepções do cotidiano das instituições museológicas, o ponto de partida das mudanças anunciadas. O DEMU -considerando suas alianças sociais, institucionais, técnicas e políticas- é o responsável imediato por estratégias de mobilização política e corporativa, por difundir e estimular ações específicas e algumas reflexões do campo. O DEMU atuou como instrumento estratégico desta geração na construção de uma ossatura institucional que o discurso desses museólogos anunciava. O grupo, reunido neste Departamento, era fundamentalmente - mas não exclusivamente - movido por uma perspectiva operativa. Ele não excluía antigas lideranças da área, ao contrário, procurou cooptá-las. Mais tarde, ele foi responsável pela formação de um concurso público que multiplica os profissionais envolvidos no campo.

Ainda era viva e candente a memória e os problemas de um momento em que o museu conheceu a produção de grandes e massivos espetáculos que fugiam ao controle e objetivos dos seus profissionais, um tipo de empreendimento que se esgotava nele mesmo, que existia para expressar outros interesses e visões de mundo. Os anos 1990 produziram perplexidade, indignação, reflexões e a busca de alternativas. Principalmente, produziram experimentos regionais fundamentais para o cenário e possibilidades abertas pela conjuntura.

O núcleo dirigente reunido no DEMU empenhou-se em mobilizar os profissionais de museus para um debate sobre o projeto que era gestado e inicialmente apresentado enfatizando sete eixos essenciais. Estes eixos - segundo o Relatório da Gestão - representavam um consenso entre os profissionais do campo e inviabilizavam as expressões de diferenças. Os sete eixos consistiam em: democratização do acesso aos bens culturais; democratização da ferramenta museu; democratização da produção de museus; democratização das gestões dos museus; respeito à diferença; valorização das ações educativas e culturais; direito à memória das comunidades populares. Estes eixos implicavam em ações específicas: “1) Gestão e configuração do campo museológico, 2) Democratização e acesso aos bens culturais, 3) Formação e capacitação de recursos humanos, 4) Informatização de museus, 5) Modernização de infra-estruturas museológicas, 6) Financiamento e fomento para museus e 7) Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos” (POLÍTICA..., 2005, p. 19)

O grupo que, com a posse de Lula em 2003, assumiu o DEMU não escondia os seus propósitos, possuía alianças e apoios junto ao MinC, o que conferia força política e capacidade de articulação no MinC e na sociedade civil. O DEMU era um grupo dirigente dotado de aparente homogeneidade política, administrativa, discursiva. Apresentava publicamente uma identidade e não camuflava propósitos, confrontos, objetivos, estratégias e cronogramas. Um leitor de formação gramsciana encontraria todos os elementos de uma “guerra de posições” na construção de uma nova hegemonia social. Uma agenda política, administrativa e técnica estavam em curso. No DEMU, 2003 foi ano de intensa mobilização que exigia conquista de apoios e alianças com outros poderes. Estas estratégias são fortemente marcadas por elementos simbólicos. Um exemplo é o lançamento, em 2003, no Museu Histórico Nacional, primeiro Museu Nacional criado em 1922, e onde foi criado o primeiro curso de museologia no país, da Política Nacional de Museus.

A ação do DEMU não se reduzia a um trabalho fechado ao IPHAN e ao MinC, ela implicava em intervir em diferentes instâncias da realidade que envolve os profissionais e as instituições de museus. Ela agia e estimulava debates em diferentes instâncias, da formação profissional ao exercício da profissão. A visibilidade destas propostas foi ampliada com a criação do Boletim do DEMU e da busca de outros aliados em diferentes instituições, um mínimo de recursos financeiros e vontade política. O DEMU procura pautar e liderar as ações da área, promovendo um deslocamento de legitimidade, passando o DEMU a ocupar

uma liderança que, anteriormente, era exercida pelas Faculdades. Portanto, alguns temas como novas concepções, estratégias gerenciais e administrativas, políticas setoriais foram, enquanto problemas e temas de reflexão, crescentemente transferidos, problematizados e encampados no cotidiano destes profissionais, a partir de uma lógica operativa.

O DEMU promoveu reuniões, debates e veiculação de textos que fundamentavam o projeto e orientavam os encaminhamentos e ações pretendidas, preocupados em produzir um consenso. As ações saíam do terreno institucional do IPHAN, envolvendo e produzindo uma articulação entre os profissionais de museus e militantes.

O DEMU não esperou pelas condições ideais para novos passos, consolidando a estratégia adotada. O principal aliado do MinC assegurava a garantia e a permanência do grupo na liderança do DEMU. De outro lado, a única proposta conhecida, além daquela produzida nos anos FHC, não caminhava sozinha, era facilitada por diferentes fatores estruturais e institucionais. A desorganização e a desmobilização de grupos e instituições que poderiam imprimir outras propostas se mostravam absolutamente incompetentes em produzir uma situação de revisão do cenário, os tornava incapazes de viabilizar ou manifestar esta diferença e, portanto, eles não ameaçavam essa caminhada iniciada em 2003.

No DEMU, além do debate sobre os eixos, que eram consensuais, e os modos de enfrentamento das questões que eles reuniam, existiam problemas funcionais que afligiam cada museu que uma crescente racionalidade administrativa e financeira fazia ser enfrentada com eficácia mínima.

Na abertura do Primeiro Fórum, Nascimento Júnior, Diretor e liderança do DEMU, apresentou proposta que renovava - ou na linguagem da época, ampliava - a concepção de política cultural para museus. Nestes termos, ele formulou uma questão que é também um desafio:

Pensar os museus como espaços da *res pública* significa também compreendê-los como *lócus* de direito e cidadania, de inclusão cultural e de resistência e combate aos preconceitos de toda ordem, sejam religiosos, raciais, sexuais, sociais, etc. Um museu *res pública* não é destinado aos príncipes e suas coleções, aos curadores e especialistas e suas ilustrações, aos detentores do poder econômico ou diretores de instituições. O museu *res pública* destina-se aos cidadãos e faz parte do exercício do direito à memória, à história, à educação, etc (NASCIMENTO JUNIOR, 2006, p.12).

Neste sentido, o museu se estabelece no campo do conflito e das resistências. Ele coloca os indivíduos e os processos como vitais. O grupo que exerce a liderança institucional, da agenda e do debate entre os profissionais que lidam com cultura e museus, responde o debate sobre “a cara do museu” com uma sugestão: a de que todas as respostas exigem o plural. Isto é, o museu não é mais um fim em si mesmo, não se esgota em si, mas é parte de uma estratégia social e simbólica.

No contexto pós-Primeiro Fórum, algumas posições serão radicalizadas. Algumas estratégias discursivas de legitimação do projeto em construção serão acentuadas. Uma delas passou pela iniciativa de criar a Semana Brasileira de Museus (SBN) com o objetivo de integrá-los e aprofundar as relações entre os museus e a sociedade. Esta Semana não abarcou apenas os museus vinculados ao sistema IPHAN. Os problemas, novidades e identidade regional foram eixos mobilizadores.

A Política Nacional de Museus cria as condições para aprofundar os debates e as alianças com a sociedade civil para as mudanças encaminhadas e se expressou, em novembro de 2004, pela criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM). O SBM foi instituído pelo Decreto n° 5264, de 5 de novembro de 2004, tendo como principais diretrizes:

*valorizar, registrar e disseminar saberes e fazeres específicos do campo museológico, contribuir para melhorar a organização, a gestão e o desenvolvimento de instituições museológicas e acervos museológicos, contribuir para a interação e a integração entre pesquisadores, professores, gestores e técnicos que atuam no campo museológico, promover a cooperação nas áreas de aquisição, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação, difusão e capacitação de recursos humanos (DECRETO 5264, 2004, p. 128).*

Trata-se de um vigoroso instrumento na organização e consolidação do Sistema que será o Cadastro Nacional dos Museus. Este instrumento possibilita o campo se conhecer e formular ações e prioridades. A complexidade e a riqueza de objetivos explicitam uma intenção que não se esgota nas esferas das ações dos museus federais.

Conforme exposto no Decreto, o SBM pretende “melhorar a organização, a gestão e o desenvolvimento dos museus e dos processos museológicos no País, bem como valorizar saberes e fazeres específicos do campo” (POLÍTICA..., 2004, p. 7). Um sistema que pretende influenciar as políticas em outros ministérios, nas universidades, nas entidades veiculadas ao setor museológico. Esta influência atinge a esfera federal e, também, as estaduais e municipais, os setores públicos e privados.

No Relatório de Gestão 2003/2004, o ministro Gil afirma que a criação do Instituto Brasileiro de Museus responde a um antigo anseio da comunidade museológica, iniciativa na qual ele, ministro, encontrava-se empenhado; conclui solicitando que os museus “não tenham medo de ser de todo mundo” (POLÍTICA..., 2004, p. 7).

No Relatório de Gestão 2003/2006, o Ministro Gil destaca a idéia de que o IBRAM possui uma história que o torna justo e legítimo herdeiro das concepções de Mário de Andrade, intelectual era uma referência ou norte ideológico desde o Primeiro Fórum. Gil afirma ser o IBRAM

*Um órgão que, seguindo as sugestões e fazendo-se herdeiro de Mário de Andrade, valoriza os museus populares, a dimensão republicana dos museus, os museus municipais e o papel educativo dos museus. Torço para que os nossos museus não tenham medo do novo, do público, do diálogo, da atualização (GIL, 2006, p. 6-7).*

Neste texto, fica clara a busca do MinC em promover um encontro entre o DEMU, os profissionais do campo museológico, as necessidades de uma cultura pulsante e a expressão da urgência de uma agência. O nome Mário de Andrade e a ausência, ou o silêncio, de outros nomes que constituíram o IPHAN são reveladores de posições, visão de mundo, concepção de patrimônio e prioridades. Mário de Andrade, ou melhor, o Mário de Andrade citado pelos atores envolvidos no DEMU, possui história e herdeiros. Entre os diversos formuladores do campo, destacar Mário de Andrade implica em deslocamento simbólico, epistêmico, político e institucional. No DEMU, Mário Chagas, intelectual e poeta reconhecido e militante do campo, estuda o pensamento cultural brasileiro e Mário de Andrade. Significativamente, outros atores, instituições, tempos, experimentos e projetos são desconsiderados.

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva garantiu a manutenção de Gil no MinC e a continuidade do grupo reunido no DEMU. A reeleição foi garantida por uma base partidária ampla, que implicou em difícil costura de negociações de cargos. O grupo reunido no DEMU teve a sua continuidade garantida.

O período que se inicia em 2006 é marcado por um conjunto de iniciativas junto ao Poder Legislativo e outras instituições que reforçam a importância do setor. A redefinição do estatuto jurídico e dos direitos sociais é observada na proposição e trajetória das PECs, PLs e PLs. O legislativo é valorizado e transforma-se em aliado estratégico<sup>6</sup>.

Uma análise da conjuntura de 2003 a 2006 permite discordâncias. Os três momentos ou movimentos que demonstramos podem imprimir uma percepção falsa, a de que tais momentos foram “etapas tranquilas e inevitáveis” de um processo. Em certo sentido, existe uma continuidade na narrativa que apresentamos e ela não difere muito daquela apresentada pelos formuladores e gestores da política estatal de museus. Entretanto, uma leitura superficial dos textos que serviram de base para debates, ou foram encaminhados ao Poder Legislativo, desmente tais impressões. As resoluções finais dos Congressos, os textos aprovados e os “vetos” aos textos sancionados demonstram o equívoco desta aparência.

As notícias dos jornais demonstram a existência de grupos, entres profissionais de cultura e membros dos três poderes, que resistem ao processo em curso<sup>7</sup>. A resistência, entre antigas lideranças do setor, em geral é silenciosa e, por vezes, se expressa através de confrontos com a Direção. Este modelo de atuação e frágil resistência ao projeto acusam a inexistência do consenso no interior do DEMU e do IPHAN e demonstra ser

<sup>6</sup> Entre 2006 e 2008 foram oito proposições.

<sup>7</sup> Os jornais são utilizados por grupos interessados em resistir e desqualificar o Governo Lula, através de uma sucessão de denúncias e acusações que foram formuladas e veiculadas sistematicamente e despreocupadas em fundamentar as acusações, elas eram valorizadas supondo uma comprovação das teses defendidas pelas empresas jornalísticas e partidos políticos de oposição. Estas notícias são veiculadas - com imensa frequência - aos domingos e no período de março a dezembro de cada ano. Neste sentido, o DEMU e algumas lideranças foram acusados de diversas irregularidades e de práticas autoritárias (incluindo abuso de poder). Não ocorreu nenhuma comprovação dos fatos noticiados que, naturalmente, eram esquecidos e substituídos por outros fatos e denúncias, a preocupação era apenas política e ideológica com o sistema de denúncias repetitivas e desgastante, aparentemente - considerando os processos eleitorais - de baixo nível de eficácia..

incipiente e incapaz de se organizar e desenvolver um projeto alternativo. Desta forma, a sua existência é expressa em discursos e resistência administrativa e gerencial de caráter pessoal.

Interesses e visões de mundo foram contrariados, os comentários da “rádio corredor” foram rotineiros, a manifestação de descrédito quanto ao futuro de “qualquer coisa diferente” e trocas de e-mails caracterizam a hostilidade e a incapacidade de politizar e enfrentar o processo em curso<sup>8</sup>.

Na área da cultura, o segundo governo Lula demonstrou a urgência de ações no sentido de consolidar o projeto inicial do grupo reunido no DEMU. Nesta ocasião, não havia nenhuma dúvida sobre a capacidade deste grupo em “separar os museus do DEMU do IPHAN”, para alguns havia um único problema: a questão dos recursos financeiros e do pessoal. Os recursos escassos e descontínuos dependem de alianças circunstâncias e da ação de parlamentares compromissados com o tema da Cultura. Tal situação pretende ser parcialmente resolvida com o encaminhamento do PEC 575/2006<sup>9</sup>.

Em 2007, o DEMU adota uma nova articulação, ela consolida contatos e uma agenda internacional. Ele participa, em 2007, das atividades do ICOM na Conferência Geral de Viena. Nesta ocasião, lança a proposta do tema - Museus como agente de mudança e desenvolvimento - aceito pelo ICOM, para ser trabalhado pelas instâncias museológicas. O tema, no âmbito nacional, foi utilizado como eixo de debates para a Semana de Museus, pelo Terceiro Fórum Nacional dos Museus de 2008 realizado em Florianópolis e pelo ano Ibero-Americano de Museus. É possível concluir que o DEMU ganha complexidade e visibilidade em suas ações, inclusive de transição político-institucional.

Este é um ano fundamental na construção de uma nova política setorial, ano marcado pelas ações internas, que modificam as relações entre as superintendências, a gestão do DEMU e os museus -chamados de- regionais por sua subordinação às superintendências.

É um ano em que a frase “é uma questão de tempo” passa a fazer parte do cotidiano dos profissionais dos museus do DEMU. Neste momento, existe um dado novo, o Concurso Nacional do IPHAN implicou na criação de 23 novos cargos de museólogos, destes seis foram trabalhar nos “Museus Nacionais” e os demais nos museus até então subordinados às superintendências. Este ano foi marcado por disputas e ações internas que modificaram as regras e relações de poder institucional. Estes profissionais, em geral, eram jovens museólogos, foram alunos e identificavam-se com os gestores do DEMU. A partir da mobilização pela regulamentação da Portaria 43, algumas chefias das unidades foram substituídas, ocasionando a nomeação de novas chefias entre eles de profissionais recém-concursados. Pela primeira vez, os superintendentes regionais do IPHAN não representavam mais os Museus. A correlação de forças estava modificada e a concentração de recursos fazia o DEMU produzir uma nova hegemonia institucional<sup>10</sup>.

A complexidade é acentuada com a criação do Estatuto dos Museus, segundo o site Historianet<sup>11</sup>, é “um importante instrumento para o trabalho de preservação de seu patrimônio histórico e cultural”. O PL 7568/2006 tramitou e foi aprovado na Câmara dos Deputados (Comissão de Educação e Cultura) e encaminhado ao Senado e à Presidência da República para sanção em prazo curto. Segundo o site, houve uma preocupação da parte da instituição em ouvir profissionais e representantes da sociedade.

Pela proposta, o Estatuto possui o objetivo de regulamentar o setor. O Estatuto, como marco regulatório, define diretrizes (segurança, preservação, conservação e restauração dos bens culturais), além do dever do poder público no estabelecimento de mecanismos de fomento e incentivo do setor. Nele podem ser encontradas as diretrizes para criação, fusão e extinção de museus e a caracterização de museus públicos. Trata-se de peça fundamental para o funcionamento dos museus e para a ação dos profissionais

<sup>8</sup> Curioso e preocupante foi uma troca de mensagens ocorridas em janeiro de 2009, quando o IBRAM já tinha sido homologado. Naquela ocasião, um dos participantes de uma rede, afirmava da sua vontade de impedir que o IBRAM chegasse à votação no Congresso.

<sup>9</sup> A PEC - chamada de Paulo Delgado - pretendia definir o significado a importância do Patrimônio museológico, o papel dos museus na preservação e difusão do Patrimônio Brasileiro e destina recursos públicos. Ele, na verdade, abarca e atribui o conjunto de situações que a prática do DEMU envolve e permite a consolidação da Política Nacional dos Museus.

<sup>10</sup> É importante observar as “falas” produzidas pelos profissionais da Instituição. Alguns profissionais do DEMU, em seus contatos pessoais e trocas de e-mails, passaram a adotar o termo “P. 43” para referir-se à Portaria. Desta forma, eles enfatizam que ela, poderia resultar num grave risco institucional, afundar ou perder o rumo. Neste momento, ainda era viva as lembranças da plataforma P 36 da Petrobrás que, num acidente, havia afundado.

<sup>11</sup> Retirado do site [www.historianet.org.br](http://www.historianet.org.br) em 04 de fevereiro de 2009.

que atuam nos museus, regulamenta da criação ao fechamento de um museu e seu funcionamento.

O museu, na lógica do Estatuto, é um espaço privilegiado, dotado de identidade cultural, simbólica e possui algumas prerrogativas, deveres e modos de financiamento. Como unidade institucional, possui um papel técnico fundamental na organização do sistema, para o conjunto dos profissionais e militantes de museus. O Estatuto abarca os museus de diferentes portes e abrange museus comunitários e ecomuseus, estabelece os procedimentos de criação de instituições museológicas, identifica suas funções e atribuições e regula as atividades específicas. Torna obrigatório que toda instituição elabore e implemente um plano museológico contendo um diagnóstico participativo, os sistemas de segurança, a identificação dos espaços e conjuntos patrimoniais sob sua guarda e a identificação de seus públicos destinatários. Este também não é um período ou ação marcado pela unidade e unanimidade. Alguns críticos apontam que, em parte, o Estatuto apresenta uma nova *tradução* do DEMU para antigas práticas comuns aos profissionais dos museus.

O papel do Estatuto é vital no discurso e nas expectativas dos profissionais dos museus. Entretanto, esta ênfase não é percebida ou compartilhada por todos os pares, alguns valorizam as mudanças políticas e ideológicas. As “costuras”, as alianças, as críticas, o zigzaguear das negociações demonstram que o caminho não foi linear ou tranqüilo. Os debates nas Comissões do Congresso revelaram as diferenças de enfoques e prioridades. A trajetória adotada apresentou armadilhas e encruzilhadas que aparecem publicamente nas resistências de setores do IPHAN nos debates que mobilizaram as Comissões parlamentares nos debates sobre o IBRAM e sobre o Estatuto do Museu<sup>12</sup>. A tese do IPHAN, acerca da impossibilidade de desvincular o patrimônio do museu não foi vitoriosa.

O Projeto de Lei 3591/08 do Poder Executivo foi aprovado, numa longa noite de votação em dezembro de 2008 (na verdade, na madrugada do dia 18 de dezembro), em meio às críticas de que mais recursos públicos estariam sendo utilizados para criar empregos e beneficiar alguns setores e aliados partidários. Nesta noite, diversos projetos foram aprovados, sem muito debate. Os jornais não trataram ou noticiaram especificamente a aprovação do IBRAM e a reorganização do IPHAN, era noticiado apenas um pacote de medidas que iria promover os gastos públicos e criar mais empregos, a ênfase não estava nas propostas, mas nos recursos e cargos.

Para os profissionais de cultura, o sentido e significado eram distintos. O IBRAM deveria substituir o DEMU na liderança da gestão dos museus e seria desvinculado do IPHAN. Em 20 de janeiro de 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que cria o IBRAM, com a sede da autarquia em Brasília. Ao IBRAM caberá formular uma política cultural para todos os museus brasileiros (não só os federais, mas incluindo os privados); melhorar os serviços do setor; promover o acesso e garantir o aumento das visitas e da arrecadação dos museus; fomentar políticas de aquisição e preservação dos acervos; e, por fim, promover e articular ações entre museus e instituições da área.

O IBRAM cria uma nova situação. A experiência brasileira de gestão, formulação e política museológica se encontra no mesmo patamar institucional que algumas experiências bem sucedidas em países europeus. O desejo e a ação organizada de profissionais da cultura e do museu acompanham uma tendência internacional, em que os museus passam a dispor de mecanismos e se tornam órgãos autônomos. Este é um momento do processo que atinge um dos objetivos explicitados no início da gestão. O Brasil, com o IBRAM, se junta a outros países como França, Espanha e Portugal que serviram de referência.

## 6 Uma reflexão para colocar um ponto final e reintroduzir o debate

A crença messiânica no mercado, em sua capacidade regulatória e civilizatória fez-se, nos anos 1990, e imprimiu um conjunto de práticas e discursos restritivos. As regras do mercado - se elas existissem - esgotavam o coletivo, a história e a diferença.

<sup>12</sup> É importante observar o comportamento das bancadas de diversos Partidos Políticos de São Paulo e Minas Gerais, muitos se posicionaram contrários à sua aprovação

Elas condenavam as utopias e todas as formas de resistência e de vida coletiva. Desta forma, coloca-se conjunturalmente como vital a necessidade de preservar e aprofundar os direitos, a capacidade de aperfeiçoar e racionalizar os instrumentos de participação e controle social nas decisões e ações políticas.

A conjuntura está condenada a recusar a face assistencialista e a capacidade de empoderamento imprimida naqueles anos, comprometendo o estado e valorizando ações, saberes e práticas coletivas. Trata-se de reinventar a vida, o afeto, o diálogo, a tolerância e o respeito à diferença. A crucificação e o abandono do Estado, como estratégia de controle, dominação e concentração de poderes, o levou a ser derrotado politicamente, mas não eliminado.

Persiste uma política ambígua e de tensões. O caminho traçado no período FHC, em associação com as agências internacionais de desenvolvimento e os grupos privados, não foi totalmente abandonado na gestão Lula. Na medida em que foi feita uma opção política e financeira por não esgotar uma estratégia, alguns elementos condenados pela sociedade civil, ainda são presentes nas políticas de Estado. Os direitos sociais - violentamente atingidos - são garantidos por um compromisso mínimo, redistributivo. A ênfase é na política de redução de custos, nos cortes e seletividade das transferências de financiamento público e na consolidação dos grupos associados a base de sustentação que controlam o Estado. A preocupação com a gestão predomina sobre a sociedade e o controle social. Permanece uma estratégia de garantia mínima, desigual e descontínua pelas políticas públicas.

Ao contrário das teses predominantes nos anos 1990, o Estado é responsável por orientar e ofertar às demandas fundamentais, o principal agente e mobilizador do processo cultural e de sua relação com os demais participantes na formulação, gestão, produção e consumo da cultura. Ao longo do Governo Lula, é inquestionável que as mudanças anunciadas e desejadas não foram produzidas. As mudanças não chegaram, mas a sua negação também não. Na cultura, no SFC e no PNC, as ações foram discutidas e encaminhadas segundo a lógica financeira que orientou a política de Estado. Certamente o debate sobre cidadania produziu um desdobramento mínimo. Desta forma, em diversos momentos, ela se submeteu à lógica pontual. A Cultura ainda não foi capaz de produzir políticas culturais desvinculadas de indicadores e condições microeconômicas, de garantia da democracia e da universalização em que a cultura exerça um papel fundamental para a vida e para a criação de outras condições de existência. A política cultural ainda depende de circunstância e de alianças conjunturais.

A despeito desta realidade, existe uma possibilidade de mudanças que pode ser verificada na ampliação da presença do Estado nesta área, sendo o responsável por implantar políticas que considerem o respeito às diferenças, de manter financiamentos e uma infra-estrutura mínima capaz de abrigar práticas coletivas. A derrota das teses predominantes anteriormente não esgotou uma concepção e ideário, mas algumas relações foram modificadas. Na cultura, a exclusão, desconsideração ou eliminação do diferente não faz parte do processo em curso.

Resistências aos novos compromissos e prioridades ao museu e às políticas culturais foram feitas, mas elas são quase imperceptíveis, desorganizadas e não produziram um discurso capaz de unificar as diferenças. Não produziram novas alianças sociais, pontuais e possuíam um caráter administrativo ou de modelos de gestão. Resistências ocorreram no interior das instituições estatais de cultura e no circuito não diretamente vinculado ao Estado. Fora das instâncias estatais uma verdadeira rede não se nega a apresentar e discutir sua visão de mundo, de cultura e de museu. Setores privados e organizações da sociedade civil explicitam seus interesses e prioridades. A disputa por recursos e legitimação social não cessa. A resistência e a ação organizada de grupos de interesse existem e se revela através de “sites”, blogs e demandas específicas. Os aliados dos anos 1990 estão em outros espaços e instituições e tecem relações no esforço em ampliar suas bases e garantir seus projetos, interesses e visões de mundo.

A resistência e a adesão se fazem de diferentes formas. Participantes dos três Fóruns Nacionais de Museus apontam que o Fórum de 2008 foi o menos “nacional e acadêmico”. A presença de museus “pequenos e interioranos” é maior e o número de acadêmicos menor. Há uma gritante distinção entre os participantes e as expectativas que envolvem estes gestores, museus e profissionais. Diante da novidade, alguns participantes apontam a existência de uma ruptura ou resistência silenciosa entre eles.

Na área museológica, foi possível observar uma mobilização e engajamento diferenciado, nunca uma indiferença. Talvez um silêncio perturbado ou estratégico, respostas individuais e traduzindo questões pontuais ou institucionais. Os profissionais não se envolveram em todo o debate ou processo, mas não conseguem fingir indiferença, e sim diferentes formas e níveis de adesão. Nem as críticas são consensuais.

No setor público, a trajetória adotada pelo grupo reunido no DEMU demonstra a existência de um norte, e foi capaz de produzir uma trilha, que não é necessariamente reta ou a mais curta, um caminho ziguezagueante, por vezes. Uma agenda produzida ao longo do tempo demonstra desenvolvimento e envolvimento desigual. Mais importante, demonstra a necessidade em reforçar a mobilização mínima existente para garantir desdobramentos e garantir as conquistas atuais; que estarão ameaçadas se deslocadas dos debates acadêmicos e das universidades. Todas estas condições criadas e todas as experiências acumuladas não serão eficazes se transformadas e burocratizadas em instituições e divorciadas da sociedade e de utopias. ■

---

## Referências

- ARANTES, Otilia. Os novos museus. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 31, p. 161-169. São Paulo, 1991.
- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antonio C. e BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-108.
- CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar.; FIGUEIREDO, Rubens. (Orgs.). *A era FHC - um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. p. 627-656.
- CHAGAS, Mario S. *Museu: coisa velha, coisa antiga*. Rio de Janeiro: UniRio, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural - O direito à cultura*. São Paulo: FPA, 2006
- CHUVA, Márcia. *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- DAGNINO, Avelina. Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. *Revista Rio de Janeiro*, n.15, p. 45-66, Jan/Abr 2005.
- DECRETO 5264/2004. In: POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Relatório de Gestão: 2003/2006. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2006. p. 128.
- GIL, Gilberto. Uma nova política cultural para o Brasil. *Revista Rio de Janeiro*, n. 15, p.103-110, 2006.
- GIL, Gilberto. Os museus no Brasil estão bem vivos. In: POLÍTICA Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2006. p. 6-7.
- LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens. (Orgs.). *A era FHC - um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.
- MOISES, José Álvaro. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro et al. *Cultura e democracia*. Volume I. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2001. p. 33-48.
- MORAES, Nilson A. Políticas e discursos: entre sentidos, interesses e estratégias. *EcoPós*, Rio de Janeiro, v.10, n. 1, p. 45-63, 2007
- MORAES, Nilson A.; DANTAS, Alexis. Inserção brasileira na América Latina. Documentos de trabajo. *CESLA*, n. 37. Varsovia, 2003.
- NASCIMENTO JUNIOR, José do. O rumo da Política nacional de museus. In: POLÍTICA Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2006. p. 12.
- POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Relatório de Gestão. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2004.

- POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Relatório de Gestão, 2003/2004. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2005.
- RESENDE, P. E. A. A realidade brasileira e o neoliberalismo. In: QUEIROZ, José J. (Org.). *Modernidade, globalização e exclusão*. São Paulo: Imaginário, 2002. p. 59-74.
- RUBIM, A. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios in RUBIM, Antônio e BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.
- RUBIM, Antônio. Políticas culturais do governo Lula. *Galaxia*, n. 15, São Paulo, EDPU, p. 56-67. 2008
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. Museus brasileiro e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 53-70, junho de 2004.
- SCHEINER, Teresa. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. Apontamentos, memória e cultura. *Revista do Mestrado em Administração de Centros Culturais*, v. 4, n. 1. Rio de Janeiro, UNIRIO, p. 14-34, 1994.
- SOUZA, Márcio. *Fascínio e repulsa*. Estado, cultura e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.
- WEFFORT, Francisco. *A Cultura e as revoluções da modernização*. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000.